



Número: **0800258-06.2018.8.15.0631**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Juazeirinho**

Última distribuição : **09/05/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|---------|
| MARIA DE FATIMA ALCANTARA DE SOUTO JUVINO (AUTOR) | | ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES (ADVOGADO) ANIBAL GRACO FIGUEIREDO (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 38836453 | 29/01/2021 10:32 | Decisão | Decisão |



Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Juazeirinho

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800258-06.2018.8.15.0631

DESPACHO

Vistos, etc.

Da análise dos autos, vislumbro que a parte ré requereu a produção de prova testemunhal na contestação e em petição avulsa após a réplica apresentada pela autora, que expressamente se manifestou pela desnecessidade de produção de perícia e depoimento pessoal prestado em audiência. Na oportunidade, requereu, subsidiariamente, que, em caso de perícia, esta fosse realizada na Cidade de Campina Grande.

Observo terem sido contempladas as partes quanto à especificação de provas e que não é o caso de extinção do processo, de julgamento antecipado do mérito ou de julgamento antecipado parcial do mérito, na forma dos arts. 354, 355 e 356, todos do NCPC.

Desse modo, passo a observar a regra prevista no art. 357, do NCPC, passando a sanear o processo.

1 – Da resolução das questões processuais pendentes (art. 357, inciso I, do NCPC):

Compulsando os autos, observo que não foram suscitadas matérias preliminares.

2 – Da delimitação das questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória e especificação dos meios de prova:

Debruçando-me sobre a petição inicial e a contestação, verifico que a controvérsia fática se resume(m) ao(s) seguinte(s) ponto(s): **à existência de dano indenizável pela seguradora, uma vez que o pedido fora indeferido na esfera administrativa.**



Considerando a controvérsia acima delimitada, bem como os elementos de prova até então insertos nos autos, verifico que a solução da lide dependerá da produção de prova pericial.

3 – Da distribuição do ônus da prova:

Em sua contestação, o réu nega as alegações autorais, não suscitando fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.

De tal sorte, o ônus da prova, quanto à caracterização e o grau de invalidez permanente, total ou parcial, **incumbirá ao autor**, por ser fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 373, inciso I, do NCPC.

Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado:

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - Apelação cível - Ação de cobrança de seguro DPVAT c/c dano moral - Improcedência da pretensão deduzida - Morte - Ausência de provas quanto ao nexo de causalidade entre o óbito da vítima e acidente automobilístico - Ônus do autor (Art. 333, I, do CPC) - Manutenção da sentença - Desprovimento. - **Para que seja devida a indenização securitária, faz-se necessário que se prove que o dano sofrido sobreveio do acidente de trânsito, porquanto a ausência de comprovação do nexo de causalidade afasta o dever de indenizar. - Não comprovado nos autos o nexo de causalidade entre a morte e o acidente automobilístico, é de ser julgada improcedente a pretensão manejada. - O Código de Processo Civil, em seu art. 333, estabelece que incube ao autor o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito, enquanto que cabe ao réu a prova dos fatos extintivos, impeditivos e modificativos do direito do autor.** - Assim, caberia ao apelante fazer prova dos fatos constitutivos do seu direito (art. 333, I, do CPC), vez que "*quod non est in actis, non est in mundo*" (aquilo que não está nos autos, não existe no mundo), razão pela qual não procede a sua irresignação. V I S T O S, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados de apelação cível, (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00003554020148150191, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES ABRAHAM LINCOLN DA C RAMOS, j. em 08-03-2016) – Grifei.

4 – Da delimitação das questões de direito relevantes:

Analisando a petição inicial e a contestação, verifico que a controvérsia jurídica se resume(m) ao(s) seguinte(s) ponto(s): **no direito ao recebimento de indenização proveniente de seguro DPVAT, em consequência do sinistro ocorrido em 23.11.2015.**



5 - Da designação de produção de provas:

DEFIRO o pedido de produção de prova pericial, em razão do princípio da utilidade da prova, nos termos do art. 370 do CPC, tendo em vista que o deslinde da causa depende de conhecimento especial e técnico de maior complexidade.

O autor é beneficiário da assistência judiciária gratuita. Assim sendo, nos termos do Convênio 015/2014, os honorários periciais devem ser custeados pela SEGURADORA LÍDER.

Nomeio como perito médico a Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, devidamente cadastrado no TJPB.

Intimem-se as partes para, dentro de 15 (quinze) dias:

I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso;

II - indicar assistente técnico;

III - apresentar quesitos.

Comunique-se ao perito pelo telefone (81) 98798-8124 ou pelo e-mail (pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com) por ele disponibilizado, **intimando-o para designar dia e horário para realização da perícia em Campina Grande, bem como para entregar do laudo, e encaminhando-lhe os quesitos apresentados pelas partes.**

Fixo os honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais), de acordo com o Convênio citado. **Intime-se a Seguradora para efetuar o pagamento em 15 dias a contar da intimação, devendo providenciar a comprovação de pagamento das perícias realizadas nos autos.**

Após a designação da data pelo perito, **intimem-se as partes, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente, dando-lhes ciência de que a perícia poderá ser acompanhada por assistentes técnicos.**

Procedam-se com os expedientes necessários à feitura do exame pericial e, ao final, tragam-me os autos conclusos.

Após a realização da perícia, expeça-se alvará em benefício do perito.



Visando os princípios da economia e da celeridade processual, DOU FORÇA DE MANDADO, a presente determinação, com fulcro no Provimento n.º 08 – CGJ, datado de 24.10.2014.

Intimem-se as partes acerca deste despacho.

Juazeirinho - PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito

